

A morte branca do escravo negro: considerações sobre escravidão no Brasil: Meya Ponte (1760-1776)

Maria Lemke Loiola

Abstract

The orbital books in churches are sources little explored in the study of slavery. However, these sources contain relevant informations about the life of slaves: origin, cause of death, place of burial, links to religious groups and interpersonal relations. The analysis of these sources can help to understand some of the gaps that historiography of Colonial Goiás regarding slavery. The access to ecclesiastical sources, orbital books and ecclesiastical visits allow my study to address some issues about the slaves in Meya Ponte (under the name of Pirenolopolis today , Goiás , Brazil) between 1760 and 1776.

Keywords: Slavery, Social relations, XVIII Century, Dead

Resumo

Os livros de registro de óbitos são fontes pouco pesquisadas para os estudos da escravidão. Entretanto, eles trazem informações importantes sobre as vivências escravas: seu grupo de procedência (SOARES, 2002), *causa mortis*, lugar de enterramento, associação, ou não, às irmandades, bem como suas relações interpessoais. A análise dessas informações pode contribuir para minimizar as lacunas na historiografia de Goiás colonial referente à escravidão. Dialogando com fontes eclesiásticas, registros de óbitos e visitas eclesiásticas, o presente estudo aborda algumas questões acerca das vivências escravas em Meya Ponte (atual Pirenópolis) entre 1760 e 1776.

Palavras-Chave: Escravidão, Relações Sociais, Século XVIII, Morte.

Resumen

Los libros de óbitos de las iglesias son fuentes poco investigadas en los estudios de la esclavitud. Sin embargo, ellos traen informaciones relevantes sobre la vida de los esclavos: procedencia, causa de muerte, lugar de enterramiento, si estaban o no asociados a hermandades así como sobre relaciones interpersonales. El análisis de esas informaciones puede minimizar las lagunas en la historiografía de Goiás colonial referentes a la esclavitud. El diálogo con fuentes eclesiásticas, libros de óbitos y visitas eclesiásticas, utilizadas en el presente estudio, permite abordar algunas cuestiones sobre la vida de los esclavos en Meya Ponte, actual Pirinópolis, Goiás Brasil, entre 1760 y 1776.

Palabras clave: Esclavitud, relaciones sociales, Siglo XVIII, Muerte

Há algum tempo assistimos o revigorar dos estudos sobre a escravidão colonial em suas múltiplas faces, em perspectivas regionais e menos totalizantes como sugeriu Britto (2002). Contudo, nos deparamos com alguns aspectos que podem dificultar nossa “aproximação” a um passado mais dinâmico, mais rico em sua cotidianidade. É o caso das fontes que, para análise de Goiás colonial, estão espalhadas em vários arquivos, além de muitas terem desaparecido nas brumas do tempo pela ação dos homens e dos “papirofagos” vorazes.

Entretanto, nem tudo está perdido. A documentação eclesiástica tem sido bastante profícua aos historiadores interessados na vida dos atores sociais de um período mais recuado no tempo. Várias pesquisas têm renovado os olhares sobre a escravidão e nessa temática tem se destacado a religiosidade escrava. Termos de compromissos de irmandades têm trazido contribuições importantes sobre a organização dessas redes de solidariedade.¹

Mas, se por um lado os compromissos podem nos ajudar a apreender os fundamentos e preceitos das irmandades, a ênfase na morte e a ajuda mútua ou empréstimo a juros; por outro, não nos dizem muito sobre a quantidade de homens e mulheres que nelas congregavam. Para a região de Meya Ponte² até o presente não

nos deparamos com registros que atestem o número de seus confrades. A preparação para a morte foi algo bastante enfatizado nos compromissos. Boa parte dos trinta e seis capítulos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Meya Ponte dispõe sobre o assunto. Por isso, neste ensaio, proponho os livros de assento de obituários como fonte a ser utilizada para verificar a abrangência e inserção das irmandades de pretos no contexto da escravidão.

Assim, pode-se supor que houvesse muitos homens e mulheres preocupados com o bem morrer, buscando essas associações. Entretanto, o livro de assentos de óbitos de 1760 a 1776 nos mostra que do total de quase oitocentos óbitos, apenas 39 foram acompanhados ou enterrados por essas confrarias.³ É certo que os párocos freqüentemente omitiram informações e é possível que o número de acompanhamentos por irmandades aumente, mas seria um aumento pouco expressivo, da ordem de 2% do total.⁴

Quando compararmos estes assentos com o período de 1803 a 1810, percebemos que seu número dobra. De 1760 e 1776 temos uma proporção bastante próxima entre enterros feitos pela Irmandade do Rosário dos Pretos (17), destes, a metade era de escravos, e irmandades de brancos, como Almas e Santíssimo Sacramento (22); no período de 1803-1810, tivemos um total de cinquenta e oito acompanhamentos/enterros feitos por irmandades. Nestes sete anos, o número de forros enterrados na capela do Rosário é significativamente superior ao de escravos, somente 10% do total de trinta e quatro enterros feitos na capela do Rosário foi de escravos.

Desse modo, não se pode dizer que para os escravos de Meya Ponte e adjacências fazer parte de uma irmandade fosse questão de vida ou morte. Mas, isto poderia evitar que abusos cometidos por “[...] algumas pessoas esquecidas de toda a humanidade christã, [que] não escrupulizão em mandar enterrar no campo, e mato, os escravos, q’ lhes morrem, como se fossem animaes brutos, contra o antigo, pio, e Louvavel costume da Igreja

Catholica [...]”.⁵

Talvez, por isso, as irmandades enfatizassem tanto nos preparativos para a morte.

Mas, enquanto uns enterravam escravos no mato, seja por incúria, seja pela situação de pobreza, havia ainda os que recorriam a mentiras para conseguir enterrar um escravo. Henriques Ferreira Pinto manifestou ao padre Jozé Pires que gostaria de ter seu escravo João Angola enterrado na capela dos pretos por ser este irmão da mesma “[...] o que constou-me depois de ser ter dado a sepultura tal não ser, de que para constar fiz este assento.”⁶ Teria enganado o padre apenas por ser pobre ou por, mesmo na situação precária, manter relações de afeto com seu escravo?

Se existiram brancos pobres, sem recursos que usavam de insólitas estratégias para enterrar seus escravos, também temos notícias de pretos “mina” que superaram a condição escrava e chegaram a fazer testamento e ser enterrado com toda a pompa fúnebre. Tal é o caso de Gaspar,

[...] homem preto forro de nação minna,[...], e Fez seu Testamento, em que declarou que o acompanhasse o seu Reverendo Parocho, e lhe disse no dia do seu falecimento, se podesse ser, missa de corpo presente, e deixou mais ao alvidrio de seu testamenteiro, lhe mandasse dizer aonde lhe parecer, vinte missas, pela sua alma; e era cazado com Domingas Machado, crioula forra [...]⁷

Gaspar certamente teve vínculos com a irmandade do Rosário dos pretos. A proximidade de sua cova do altar-mor sinaliza um cargo importante na Mesa administrativa, o que lhe conferia certas prerrogativas. O preço pago para ser enterrado em lugar tão importante na capela do Rosário dos Pretos de Meya Ponte era alto. Gaspar deveria desembolsar vinte oitavas de ouro, caso não tivesse sido irmão “comum”, ou seja, nunca ter tido cargo administrativo.

Como irmão comum teria direito a cinco missas; se tivesse sido “juiz de mesa”, teria direito, no máximo, a oito missas. Seu testamenteiro teria que providenciar vinte. Provavelmente Gaspar viveu no núcleo urbano de Meya Ponte, o que lhe deu mais mobilidade e liberdade para conseguir juntar pecúlio e transcender a condição escrava. O fato de ter morrido com todos os sacramentos reforça a hipótese, pois muitos deixavam de receber sacramentos pela demora dos padres em percorrer a distância até o moribundo.

Não podemos afirmar seguramente, mas pela aparente condição alcançada por Gaspar é quase certo que também possuísse seus próprios escravos. Não seria o único a tê-los. De igual modo não podemos chamar estes homens e mulheres libertos de coniventes com a escravidão por conservarem cativos seus semelhantes. É mais provável que o reconhecimento na sociedade estava relacionado não somente à cor, mas também às posses.

Mesmo a Irmandade do Rosário dos Pretos, que aceitava “todos os fieis aque sua noção incita (...) se exceptua Pessoa alguma dequalq.^r qualid^e [...] assim serão admitidos aella Brancoz, Pretoz, escravoz, e Forroz (...)”⁸ tinha seu próprio escravo. Como ocorria com a maioria dos escravos, recebera o sobrenome do dono. Chamava-se Nicolao do Rozário e foi enterrado dentro da capela.

Embora não saibamos o que levou boa parte dos homens e mulheres da região de Meya Ponte ao óbito, supomos que eventualmente ocorriam epidemias. Casos de mortes violentas por armas de fogo, picada de animais peçonhentos, raios e “acidentes de trabalho” são sempre descritos. Mas as moléstias que ceifavam muitas vidas em poucos dias continuam na obscuridade pretérita. Houve senhores que perderam dois ou três escravos num pequeno período de tempo, dois a cinco dias.

A maioria desses escravos morreu sem sacramentos. Na primeira visitação eclesiástica (1734), o visitador Alexandre Marques do Valle determinava que no segundo dia após haver notícia de doença ou se a enfermidade se mostrasse grave, os párocos deveriam imediatamente administrar os sacramentos: “Porquanto pellas grandes enfermidades q’ cotidiannamente estão dando nos

escravos, e ainda naquelles q' o não São [...]”. O visitador recriminava ainda as práticas comuns de enterrar no campo, no mato ou jogar os corpos dos escravos no rio, ou em qualquer outro lugar onde serviam de comida aos cães⁹.

A situação dos escravos não parece ter mudado ao longo do tempo. Decorridos quase cinqüenta anos das palavras do reverendo Valle, o visitador João de Almeyda Cardozo volta a ameaçar: “Qualquer Sacerdote, que for chamado para confessar algum inferno, estando distante, ou impedido o parochio, ou Capellão de capella filial, deve acodir com promptidão, não só por preceito de charidade, como porque se por sua culpa morrer o inferno sem confissão, será castigado, como se de justiça fosse a isso obrigado, na forma das Comstituiçãoens tit. 48 n° 204”¹⁰.

Talvez pela possibilidade de pagar multas por omissão encontramos frequentemente assentos como o de Gregório

[...] nação Mina escravo de Manoel Moreira de Carvalho, [...] o qual morreu sem sacramentos; por que sendo chamado pelas seis horas da tarde, e caminhando toda noite para chegar ao citio aonde se achava o inferno, que fica distante desta freguezia seis legoaz; quando cheguei o achei já morto; e foi sepultado em hum lugar distado na tal paragem, digo, destinado na tal paragem, [...]”¹¹

Justificações como estas são ainda presentes em vários registros: “por morrer de repente”, “pela grande distância”. Para se eximir de multas e reprimendas, o vigário Joze Pires dos Santos Souza explicou no assento de Viscencia que “faleceu sem sacramentos por incúria de seu senhor, segundo informação do padre que andou dezobrigando aquelle dstricto [...]”¹²

O dito vigário foi mais longe e não hesitou denunciar Luis Antonio Basto. Segundo o padre, Jozé, escravo adulto do referido Basto, “morreu sem sacramento algum; poiz do assento não consta [ilegível] o senhor tinha dado só para lhe não pedir o Estipendio dos sufragios por ser acostumado a isto [...]”¹³ Mas, se por um lado

esta informação remete às recorrentes recriminações feitas aos senhores negligentes; por outro, leva ao alto preço cobrado pelos párocos por serviços funerários. A taxa tanatológica, por assim dizer, levou até mesmo os oficiais da Câmara de Vila Boa a denunciarem que, em época de epidemias, os padres chegavam a enriquecer tal era o abuso com que cobravam os emolumentos.¹⁴

Talvez por isso, as irmandades manifestavam o desejo de manter os párocos como seus subordinados para celebrar festejos e missas, conforme lembra Hoornaert (1992, p. 282). Essa subordinação também pode ser vista no capítulo do compromisso da Irmandade do Rosário dos Pretos de Meya Ponte que compreendia as obrigações do eclesiástico “[...] qualquer Religioso de qualq.^r Religião [...] acompanhara os Irmãos deffuntos com Sobrepelliz assistira as feztas e solenid.^{es} da Irmand.^e tudo pago pella porção em q^o Se ajustar com a Meza [...] e faltando a sua obrigação Sem cauza Se lhe dezcontara hua 8^a por cada vez.”¹⁵

Mas nem só de emolumentos e benesses cobradas exageradamente viviam os padres das minas de Meya Ponte. Vários deles possuíam escravos empregados na extração aurífera e, por vezes, também perdiam seus investimentos. Em 1762, de uma só vez o reverendo José Pinto Braga¹⁶ perdeu três escravos enquanto mineravam numa cata.¹⁷ Apesar de não sabermos se Antonio, Miguel e Thomé eram escravos africanos, podemos imaginar que os padres estiveram entre os que não estavam muito preocupados com as condições de trabalho dos seus escravos.

O mesmo tipo de morte, decorrente de acidente de trabalho, não foi muito incomum “[...] Jeronymo nação minna escravo (...) que andando a minerar, em hum correjo lhe cahio na cabeça hum pao, que para logo o matou, e não houve Lugar para Se lhe acodir com os Sacramentos [...]”¹⁸ Jozé mina “estava andando a minerar em huma mina, [...] quando lhe cahio em cima uma pouca de terra, que o cobriu [...]”¹⁹ Se os óbitos ocorreram no domingo, esses escravos morreram quando trabalhavam por conta própria, buscando o próprio sustento ou mesmo tentando encontrar a pepita que lhes daria a liberdade. Os senhores deixavam livres apenas os domingos

e dias santos, “Donde provem q’ os miseraveis escravos não ouvem missa, nem guardão o preceito da ley de Deos, que prohihe trabalhar-se naquelles dias [...]”²⁰. Quiçá, esta afirmação já carregue a resposta para o motivo de haver tão poucos escravos presentes nas irmandades. No compromisso confirmado em 1782, o capítulo 7º da Irmandade do Rosário dos Pretos de Meya Ponte determinava que, por respeito aos irmãos cativos, as reuniões de mesa ocorressem aos domingos.²¹

Se o tempo “livre” deveria ser empregado para o sustento próprio, como sugere o trecho acima, restaria pouco tempo para atividades relacionadas à religião. O tempo livre para pensar nas coisas de Deus também poderia ser usado para criar laços de solidariedade e, mais perigosamente ainda, redes de conchavos e conspirações.

Acidentes de trabalho aconteceram e acontecem em todas as épocas e lugares. Mas os soterramentos nos sugerem que o sistema de prospecção empregado não fosse o mais indicado para o tipo de solo local. Naturalistas como Pohl, enfatizavam que a falta de princípios mineralógicos e interesse dos mineiros em melhorar as técnicas de extração levava ao abandono prematuro das lavras. São eles ainda que nos relatam algumas formas de extração do ouro: “o poço era inteiramente desprotegido, aberto por cima, de modo que penetravam desimpedidas não só as águas do solo como as águas pluviais, o que forçosamente, acabaria por alagar a mina” (1976, p. 176). Acrescentar-se-ia que não haveria somente alagamentos, mas também desmoronamentos. Talvez, sem querer, Pohl tenha nos dado um indício de como trabalhavam e morreram os escravos do padre Jozé Pinto Braga. Mas, quem eram esses homens que extraíam o ouro? De onde foram trazidos?

Tal pergunta pode, em parte, ser respondida com as informações deixadas pelos párocos que registravam os batismos, casamentos e óbitos. Por isso, apesar de, no rastro dos visitantes eclesiásticos, podermos chamá-los de relapsos e pouco cuidadosos, ainda assim nos informam sobre a diversidade das *nações* d’África que constituíam a escravaria da região de Meya Ponte e adjacências

no século XVIII.

No período analisado (1760-1776), entre os africanos encontramos os “mina” em maior número, seguidos de “angolas”, os “caboverde”, os “benguela”, os “cobu; de gentio da Guiné”, não temos nenhum registro. É de se considerar que o número maior de trabalhadores “mina” esteja relacionado aos conhecimentos técnicos de mineração que possuíam. Paiva (2002) constatou que nas regiões de Minas Gerais onde prevalecia a mineração, os escravos “mina” eram maioria. Os “angola” predominavam na região de economia agropastoril, mais próxima ao litoral. Será que este padrão também pode ser empregado em Goiás?

A questão sobre as identidades étnicas africanas é bem recente na historiografia brasileira. Nina Rodrigues e Silvio Romero, apesar de serem os precursores desses estudos, foram também os responsáveis por disseminar a idéia do que se poderia chamar de “homogeneidade da e na diversidade” que, por incrível que pareça, ainda é aceita atualmente.²² Para Soares os estudiosos sobre o Brasil colônia se preocupam mais com a expansão dos povos europeus do que com a diversidade racial e cultural africana (2000, p. 26), ainda pouco investigada.

Ronaldo Vainfas também alerta para os “equivocos e tabus da historiografia brasileira”, no trato com a questão racial e a miscigenação, dificultam sobremaneira a compreensão de aspectos da “estratificação social e suas representações nos primeiros séculos de nossa história” (1999, p. 22). Na esteira desta afirmação podemos refletir como seria o cotidiano de uma família construída pelos laços entre dois continentes distintos? Uma pista para esta resposta ou, mais provavelmente, a complexidade da pergunta, está no casamento entre o castelhano Francisco Gonçalves e uma preta mina anônima. Muito mais não sabemos deste casal. Por ter morrido sem testamento, será difícil aproximarmo-nos de suas histórias.²³ Sabemos que “perpetuaram sua espécie”. Quem sabe os registros de seus filhos possam, algum dia, nos contar algo mais... Da mulher de Francisco Gonçalves sabemos apenas que era *mina*. Designação genérica que encobre não somente o lugar de onde veio, mas

principalmente sua carga cultural e religiosa.

Por sua vez, Salles nos lembra que: “Conhecidos apenas pela desdenhosa designação de negros, em grupo, no entanto, suas características psico-somáticas se destacam, dando tonalidade própria ao comportamento, modo de vida, e crenças religiosas” (1992, p. 230). Neste trecho a historiadora goiana nos alerta sobre a importância de se desvendar as especificidades étnicas dos vários grupos que constituíam a população negra da capitania de Goiás.

Em sua análise sobre a escravidão no Brasil Central, Martiniano José Silva, pautando-se em estudiosos como Arthur Ramos, assevera a predominância dos bantus no Brasil central. A afirmação parece demasiado generalizante, se considerarmos que provavelmente Goiás recebeu vários grupos em diferentes épocas com objetivos específicos. Salientando sempre a violência que, a seu ver, se espalhou nas relações sociais, o autor recrimina o suposto “racismo ideológico” existente na academia responsável pela falta de estudos sobre a procedência escrava.

Martiniano deixa entrever claramente sua postura em relação à escravidão e sua vinculação a uma historiografia tradicional que privilegia mais a violência da escravidão *per se* do que propriamente os saberes escravos e as múltiplas formas de sobrevivência empregadas no cotidiano. “[o escravo] já chegava da África desestruturado de sua tribo. A bem dizer, destribalizado, perdendo, assim, a religião, a língua, as artes, os costumes, inclusive a alma e o nome na infeliz travessia [...]” (SILVA, 2002, p. 77).

Mais recentemente, Moraes alerta que a grande maioria dos escravos africanos não foi registrada ao entrar na capitania de Goiás dada sua grande extensão, daí a discrepância entre os censos e números dispostos ao longo do período colonial. Para Moraes, isso dificulta a identificação dos grupos africanos. Lembra que os escravos já chegavam aos Guayazes convertidos ao catolicismo, o que era interpretado pelos senhores como mostra de sua “resignação à condição servil” (2005).

Entretanto, nos mostram os óbitos que sempre havia exceção. Alguns receberam o sacramento do batismo na hora da morte por

“ser ainda boçal e novato nesta freguesia Joze mina”²⁴ É possível que Jozé tenha permanecido ignorante dos preceitos cristãos devido à distância que o separava de alguma igreja. Água Limpa ficava no termo da freguesia de Meya Ponte e Antonio Dias Ribeiro pode ter se beneficiado disso para manter Joze irregularmente. Pedro, também mina, morreu “sem o sacramento da eucaristia pois era ainda boçal.”²⁵ Outros ainda, como Domingos, também mina, não recebiam sacramentos por “rude, e ignorante do que havia de receber”²⁶ ou “alienado do entendimento.”²⁷

Designá-los apenas por seu lugar de origem/porto de embarque esconde a diversidade cultural que os caracterizou, tanto em sua terra natal quanto na recriação sociocultural na *terra brasilis*. Acreditamos que uma pesquisa pautada em diferentes tipologias documentais possa, senão responder, mas clarear as especificidades e identidades étnicas e como foram reconstituídas no longo processo de reinvenção dos saberes e, mais importante, a recriação de suas identidades a partir dos novos laços tecidos no cativeiro.

Nesse processo de recriação de identidades a língua era de fato um elemento fundamental, mas certamente não foi o único. A diversidade das falas africanas pode ter sido empregada como estratégia para evitar conchavos e conluios entre os cativos. Em 1742, o reverendo José de Frias e Vasconcellos durante uma visita eclesiástica, se queixou do pouco entendimento que os escravos tinham dos ensinamentos cristãos que recebiam, seja pela “rudeza, ou pela diversidade de línguas,”²⁸ solicitando aos párocos fornecer instrumentos para catequização dos escravos. Mas, se pensarmos que realmente houve uma diversidade de línguas, por outro, não devemos esquecer que essa diversidade nem sempre significava incomunicabilidade. Da mesma forma, não significava que os mina desconhecessem a língua dos angola e vice versa. Gestos e olhares certamente diziam tanto quanto palavras.

Provavelmente o sargento mor Antonio Rodrigues Frota usou o estratagema de misturar várias etnias. Frota possuía escravos mina e angola, porém não se furtou de incluir entre eles alguns

índios cayapó como “administrados”. Não sabemos como eram as relações com seus escravos, mas houve épocas em que o sargento Frota perdeu até três escravos por mês. Um deles foi Jeronymo mina, do qual já falamos.

O sargento, natural da freguesia de São Miguel de Alfama, faleceu com seu solene testamento. Foi acompanhado por todas as irmandades do arraial de Meia Ponte. Após sua morte, sua mulher, dona Antonia Ignacia Maria de Jesus passou a administrar os bens do falecido. Não houve mudança no padrão de enterramento dos escravos: continuaram a ser enterrados no mesmo lugar: na capela de Nossa Senhora do Carmo, recebendo sacramentos na medida do possível, mas nunca acompanhados por irmandade.

Do total de vinte e nove escravos, contando também os que faleceram após a morte do sargento, temos apenas três escravos “inocentes”, ou seja, crianças. Esse pequeno número de óbitos infantis em relação ao de adultos sugere que os Frota talvez não tivessem o hábito de manter famílias escravas. Essa hipótese poderá, ou não, ser corroborada cruzando estas informações com os assentos de matrimônio ou batismo. Mas a “mistura de minas, angolas, crioulos e caiapós” reforça a idéia de que a diversidade de grupos foi uma estratégia utilizada para tentar evitar o surgimento de afetos e laços de solidariedade.

Outro oficial que também tinha escravos de procedência diversa foi Gregório da Silva Bailão. O lusitano, natural do Arcebispado de Braga, foi alferes da Companhia e Guarda-mor das Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, conforme informa Pinheiro (2002, p. 311). É do mesmo autor a informação de que Gregório Bailão foi um eminente escravocrata de Meia Ponte. Entre seus escravos, encontramos minas, angolas, cobus e crioulos. De modo semelhante ao ocorrido com os escravos do sargento Frota, os de Gregório Baylão foram enterrados no adro da igreja e também não tiveram vínculo com irmandades.

É certo que com informações fragmentárias como as que temos, seja precipitado identificar a prevalência de africanos “Mina”. Contudo, é significativo que estes dados estejam em

consonância com o período no qual a atividade aurífera foi a mais representativa para a economia.

Ao compararmos as informações deste período com o posterior (1803-1810), veremos que neste último, o número de escravos “angola” supera aquele dos “mina”. Os dados ora apresentados são ainda parciais e necessitam de estudos mais aprofundados. Contudo, se aceitarmos a constatação de Paiva, e a transplantarmos para Meya Ponte, é possível que os “angola” daqui também tenham sido empregados em atividades agropastoris.

Desta forma, o direcionamento de uma economia anteriormente voltada à extração aurífera, para a valorização da pecuária e agricultura, pode ter contribuído para mudar a configuração étnica da população da região de Meya Ponte. E isso tanto para os casos de grupos africanos quanto dos nascidos na sociedade colonial. O aumento do número de pardos e crioulos no início do século XIX nos dá uma pista de que a mestiçagem aumentou com o decorrer do tempo.

De modo geral, na documentação pesquisada, os africanos, são qualificados como nações. Os termos gentio e nação se referem a “universos semânticos distintos, correspondentes a diferentes sistemas de classificação” (SOARES, 2000, p. 91). O primeiro caracteriza os povos a serem convertidos, ao passo que “nação” é consoante às mudanças nas relações que os portugueses estabeleceram com os africanos. Ou seja, à medida que o aumento do tráfico reconfigura as rotas e portos de embarque há uma re-semantização e re-significação da África (SOARES, 1998, p. 75).

Poder-se-ia dizer que a ponte estabelecida por Soares entre a África e o Rio de Janeiro enriquece significativamente a interpretação sobre as identidades étnicas africanas estabelecidas no interior da sociedade colonial. Soares tem como fonte principal os assentos de batizados que, a julgar pelos dados apresentados, são sempre mais completos que os de Goiás. Talvez a distância de Goiás dos centros de poder favorecesse os hábitos relapsos dos párocos no momento de registrar óbitos, batismos e casamentos como podemos perceber nos documentos coloniais da capitania

dos Guayazes. Apesar disso, os livros de assentos de óbitos apresentam informações cada vez mais completas à medida que recuamos no tempo.

A assertiva de Soares de que a nação/procedência acompanhava o escravo/liberto até o fim da vida, também pode ser empregada para aqueles que viviam em Meya Ponte. Mesmo depois de livres, eles conservavam agregado ao nome o grupo ao qual pertenciam: Maria Dias, preta forra de nação mina²⁹ Acrescenta-se que, em alguns casos, mesmo os libertos, eram conhecidos pelo nome de seu antigo senhor, como “Thereza, nação mina, quartada escrava do Sargento Mor Carlos de Assupçam Ferraz [...]”³⁰. De modo mais emblemático, na hora da morte, Jozé foi lembrado como escravo do defunto Francisco João Ribeiro!³¹

Mas a qualificação grupal não marcou somente os africanos. Os escravos autóctones, comumente tratados com o eufemismo de “administrado”, como lembra Salles (1992), receberam denominações que variaram ao longo do tempo. No século XVIII eram conhecidos como “nação cayapó”, “nação xicriabá” e, só muito raramente, gentio da terra. Os autóctones aparecem nos assentos eclesiásticos com maior frequência no século XVIII do que em período posterior. No início do XIX, são sempre referenciados como “gentios da terra”, não mais como “nação”. Talvez essa mudança esteja relacionada com os conflitos entre os “naturais da terra” e os portugueses, e tenha sido mais lenta na escrita da documentação eclesiástica em relação à administrativa. Nesta última, eles quase sempre são descritos como “gentios brabos, selvagens e desumanos”, dado o grande número de ataques que promoviam a arraiais deixando a população aflita pelos grandes prejuízos e mortes que causavam.³²

Não só os autóctones causavam mortes, prejuízos e distúrbios. Pedro Angolla foi um dos que teve a vida abreviada “[...] por ser morto pellos calhambollas com hum tiro que logo o matou [...]”.³³ Segundo o capitão geral Jozé de Almeida e Vasconcelos, nas notícias que deu nos idos de 1774 ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, “[...] com

exceção de alguns vadios, que sem a menor duvida, estão promptos pello mais pequenno premio, em satisfazer com hum tiro á paixão alheia; porem da maior parte dos insultos, são agressores os negros fugidos e calhambolas.”³⁴ Neste livro de assentos, que registra os óbitos de 1760 a 1776, encontramos vários registros de mortes violentas, indicando que nem tudo estava na maior tranqüilidade.

Para além de mortes consideradas apressadas, de descaso de senhores negligentes, de tiros por vingança, às vezes ela poderia ser preparada, quiçá premeditada, como parece ter sido a morte de José:

[...] de nação Mina escravo do Furriel João de Campos Cardozo o qual morreo de repente sem sacramentos porque o mesmo seu senhor me disse, que a sua morte fora originada, ou lhe sobreviera de ter no dia antecedente comido húa pouca de mandioca mortífera como ao depois da sua morte soube, e que sem saber a cauza da sua morte, não previo com a cautella ao menos sequer para ser confessado por amanhecer morto na cama; o que tudo pode afirmar o mesmo seu senhor [...].³⁵

Nas palavras preconceituosas do naturalista Pohl, encontramos um indício de que a mandioca mortífera comida por Jozé não foi um acidente: a diferença entre a mandioca mortífera e o aipim é reconhecida imediatamente “por qualquer selvagem” (POHL, 1976, p. 110). É difícil imaginar que duas culturas, a autóctone e a africana, que mantinham relação estreita com a natureza, não trocassem informações e *know-how* acerca do poder das plantas do cerrado. Paiva (2002), apoiado em relatos de viajantes, nos lembra que em Minas Gerais os escravos africanos utilizavam ervas para separar ouro e diamantes do cascalho nas bateias.

Foi esse ouro lavado nas bateias e extraído de poços que garantia a riqueza dos homens vindos de longínquas paragens. Muitos perderam a vida dentro dos poços, como os escravos, outros, tiveram a vida ceifada por morte súbita e repentina. Mas nesse universo, também existiram mulheres: mães livres, mães escravas, mulheres de oficiais, solteiras que viviam sozinhas, forras que possuíam seus próprios escravos...

Maria Cordeiro de Jezus teve uma história diferente se comparada à maioria das mulheres. Maria parece ter vivido a aventura insólita da peregrinação para as bandas do sertão. Mostramos seu assento, que o mundo das bateias e das lavras, de incertezas e de possíveis dissabores, não era prerrogativa masculina.

A viandante Maria veio das partes de São Paulo, em algum momento do passado que não nos foi dado saber. Aparentemente teve uma vida longa, morreu na idade que “parecia se de perto de cetenta annos”. Dizem ter sido muito pobre. Do registro da paulista sabemos que teve relações com pessoas influentes. Embora não saibamos o que a uniu ao vigário de Santa Cruz, imagina-se que foi um laço mais estreito. Maria morreu na casa do referido vigário, onde recebeu todos os sacramentos. Provavelmente os vínculos que a ligavam ao padre, e não somente a esmola por amor a Deus, possibilitaram a esta “pobre mulher” um enterro dentro da capela, como enfatizou o coadjutor Carlos Francisco Torre quando o registrou.³⁶

Felipa, parda, depois de liberta, moradora no sertão, morreu na casa de seu antigo senhor, Francisco Alves Mota. Provavelmente, as relações entre os dois não cessaram depois da libertação, possivelmente se estreitaram com a liberdade. A jovem de pouco mais de vinte anos recebeu todos os sacramentos, duas missas de corpo presente e mais quatro pela sua alma que o dito Francisco “se obrigou” a pagar, como registrou o pároco Joze Pires dos Santos Souza.³⁷

Uma história das mulheres do sertão dos Guayazes no período setecentista poderia nos mostrar que nem sempre foram submissas. Cada uma, à sua maneira, reescrevia sua história. Maria, Felipa e tantas outras puderam contar com as amizades e afetos construídos ao longo de suas vidas. Outras não tiveram a mesma sorte...

Mas, depois dessas breves notícias sobre os mortos e os vivos de Meya Ponte, o leitor questione o título desta apresentação. Bem ou mal e na medida do possível, os africanos sempre foram enterrados de acordo com os preceitos católicos. Se houve manifestações de pesar e rituais africanos, elas foram muito bem

resguardadas dos olhares dos visitantes eclesiásticos e padres. Estes últimos muitas vezes estavam mais preocupados com a forma de angariar pecúlio em proveito próprio que necessariamente com o cumprimento das leis às quais estavam sujeitos. Mas a história dos padres do sertão dos Guayazes merece ser contada em outro momento...

Da mesma forma, este título quis lembrar um pouco da mistura cultural ocorrida nas Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meya Ponte. Neste ensaio, não pretendemos exaurir as discussões sobre a escravidão em Goiás, pelo contrário, o objetivo é levantar mais questionamentos e reflexões com vistas a fomentar os debates sobre as identidades étnicas e experiências escravas. Experiências que não podem apenas ser apreendidas se permanecermos no pequeno arraial de Meya Ponte.

Para a compreensão da complexa relação e interação de diferentes culturas será preciso olhar para cada um desses lugares de onde vieram nossos atores sociais, a partir de diferentes escalas, sem hierarquias. Será necessário atravessar o mar oceano, fazer uma escala na África e outra em Portugal para novamente nos embrenharmos no caminho que leva ao passado do sertão dos Guayazes.

Notas

1 É considerável a produção bibliográfica sobre o tema, destacam-se entre outros, os trabalhos de Soares, 2000, 2002, 1998; Boschi, 1986; Mott, 1997, Quintão, 2002, Scarano, 1975. Em Goiás, destaca-se a tese de doutoramento da professora Cristina de Cássia Pereira Moraes na qual analisa as especificidades das 34 irmandades encontradas: brancos, pardos e negros. MORAES, Cristina C. P. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808*. Lisboa: UNL, 2005. Sobre as irmandades de pretos ver especificamente o capítulo 5º: As irmandades de homens pretos. (Edição em CdRom).

2 Neste livro constam os registros dos arraiais de Santana do Rio do Peixe, Jaraguá, Corumbá e Lavrinhas.

3 Aqui uso confraria e irmandade como sinônimos.

4 Esses 2% aos quais me refiro são portugueses e paulistas acompanhados por “todos os padres do arraial”, mas não há alusão a irmandades. Estes portugueses e paulistas quase sempre morreram com seu solene testamento.

5 Idem: *Cópia da Primeira e última visita do Doutor Alexandre Marques do Valle, visitador que foi das Minas de Goyaz, (1734-1824)* p. 86.

6 Idem, *Livro de registro de óbitos 1760-1776*, p. 56.

7 Idem, idem, p. 38.

8 Idem, *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Meya Ponte 1758*. Capítulo 2º, p. 5 verso.

9 Idem, cópia... p. 4 verso

10 Idem, idem, p. 86 verso.

11 Idem, *livro...* p. 23.

12 Idem, idem, p. 54 verso.

13 Idem, idem, p. 72.

14 Idem, *Consulta do Conselho Ultramarino, à Rainha Maria I, sobre a representação dos oficiais da Câmara de Vila Boa de Goiás, 7 de Outubro de 1778*. (A representação está entre os anexos existentes do documento nº 1939 e data de 16 de dezembro de 1773. Cd-rom Projeto Resgate Barão do Rio Branco).

15 Idem, *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Meya Ponte, 1758*. p. 7 verso. Subordinar o capelão parece ter sido um elemento comum de diversas irmandades e implicava sempre em relações de poder, cf. também: Hoornaert, 1992; Gaeta, 1995; Reis, 1999; Scarano, 1975.

16 Idem, cópia, p. 29. O padre Braga foi um dos vários padres “convidados” a se retirar da capitania de Goiás em 1764. Teria se retirado ou permanecido recluso? Se ele optou por ficar, perdeu a faculdade de rezar missas e quaisquer outras

atividades religiosas. Mas esta já é uma outra história...

17 Idem, livro de óbitos 1760-1776, p. 8, 8 verso.

18 Idem, idem, p. 22 verso.

19 Idem, idem, p. 25 verso.

20 Idem, cópia... p. 85 verso

21 AHEGO: *Cópia do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Minas de Meya Ponte* 1782, p. 2

22 Autores como Eduardo França Paiva, em Minas Gerais e Mariza de Carvalho Soares, no Rio de Janeiro, têm trazido reflexões importantes sobre a diversidade étnica dos africanos no Brasil e como cada etnia estampou suas especificidades na sociedade colonial. Cada qual, com olhares diferentes, chama a atenção para a necessidade de se repensar os conceitos e categorias subjacentes à questão.

23 Idem, idem, p. 85.

24 Idem, *Livro de registro de óbitos 1760-1776*, p. 36.

25 Idem, idem, p. 4 verso.

26 Idem, idem, p. 27 verso.

27 Idem, idem, p. 40 verso.

28 Idem, cópia.... p. 13 verso.

29 IPEHBC, *Livro de registro de óbitos 1760-1776*, p. 46 verso.

30 Idem, idem, p.39 verso.

31 Idem, idem, p. 20.

32 A partir de meados de 1750 as chamadas guerras justas fizeram muitas mortes

de ambos os lados. O “Livro para servir do caminho de Paraty” está repleto de informações sobre o assunto.

33 Idem, idem, p. 66

34 Idem, ofício do governador e capitão general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida e Vasconcelos [...] sobre a administração civil e eclesiástica da capitania de Goiás [...] In: *Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da capitania de Goiás existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (1731-1822)*. Documento n. 1754.

35 Idem, idem, p. 22 verso, 23

36 Idem, idem, p. 72.

37 Idem, idem, p. 67 verso.

Bibliografia

BRITO, Ê. J. da C. *A historiografia da escravidão: tendências, temas e desafios 1990-2001*. São Paulo, 2002 (mimeo).

BOSCHI, C. C. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

GAETA, M. A. J. da V. “Redes de sociabilidade e de solidariedade no Brasil Colonial: as irmandades e confrarias religiosas”. In: *Revista de Estudos de História*. V. 2, nº 2, Franca, São Paulo: 1995, pp. 11-36.

HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MORAES, C. C. P. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808*. Lisboa: UNL, 2005 (Tese).

MOTT, L. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 155-220.

PAIVA, E. F. “Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo”. In: PAIVA, E.F. & ANASTÁCIA, C.M. J. (orgs). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: AnnaBlume/PPGH-UFGM, 2002, p. 187-207.

PALACIN, Luis. *Goiás 1722-1822*. Estrutura e conjuntura numa capitania de

- Minas. Goiânia: Oriente, 1972.
- PINHEIRO, A.C.C. & PINHEIRO, Z. de G. *Tronco e vergôntes*. Goiânia: Bandeirante, 2002.
- POHL, J. E. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugenio Amado. São Paulo: Itatiaia, 1976.
- QUINTÃO, A. A. *Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco no século XVIII*. São Paulo: FAPESP, Anna Blume, 2002.
- REIS, João J. *A morte é uma festa*. 3ª Reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SCARANO, J. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- SALLES, G V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.
- SOARES, M. de C. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOARES, M. de C. “Descobrimo a África no Brasil colonial”. In: *RIHGB*. Rio de Janeiro, 161 (407), abr/jun 2000, 71-94.
- SOARES, M. de C. . Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*. v. 3, nº 6, dezembro 1998, p. 73-93.
- VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. In: *Tempo*. v. 4, nº 8, 1999, p. 7-22.